

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS INFORME BRASIL N° 056

Período: de 26 /10/02 a 31/10/02

Franca – Brasil

- 1 - Exército garante segurança nas ruas do Rio de Janeiro e de Brasília
- 2 - Mais de 11 mil pedidos de anistia aguardam decisão do Ministério da Justiça
- 3 - Nova missão do Programa Antártico Brasileiro reúne cientistas e militares
- 4 - Coronel do Comando Militar do Leste elogia operação das Forças Armadas na eleição
- 5 - Empresa da Varig irá propor a compra de 18 caças holandeses
- 6 - Presidente eleito irá solicitar jatinho à Força Aérea Brasileira
- 7 - Presidente Fernando Henrique se reúne com Conselho de Defesa Nacional

Exército garante segurança nas ruas do Rio de Janeiro e de Brasília

O segundo turno das eleições no Rio de Janeiro foram realizadas sob forte esquema de segurança para tentar evitar que os eleitores fossem impedidos de votar pelos traficantes. A operação envolveu ao todo aproximadamente 40 mil policiais civis, militares, federais e soldados do Exército. Dos efetivos mobilizados, 11 mil foram cedidos pelas Forças Armadas. Deste total, 3 mil circularam pelas ruas e os demais ficaram de prontidão nos quartéis. Em Brasília, dois mil homens ficaram disponíveis nos quartéis enquanto tropas fiscalizavam as eleições. Foi a primeira vez, em 13 anos de eleições, que a votação no Distrito Federal foi acompanhada pelas Forças Armadas. A decisão foi tomada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que determinou a presença do Exército em 11 estados brasileiros. As atribuições do Exército foram definidas na última sexta-feira (25), após uma reunião com representantes do Ministério Público do Distrito Federal, Ministério Público Federal, Secretaria de Segurança Pública, Polícia Federal e Comando Militar do Planalto. (Jornal do Brasil - Rio-27/10/02; Correio Braziliense - Tema do Dia/Eleições - 27/10/02)

Mais de 11 mil pedidos de anistia aguardam decisão do Ministério da Justiça

A Comissão de Anistia, do Ministério da Justiça, precisa julgar os processos de 11.094 pessoas, que desejam indenização por danos sofridos durante o regime militar. Apesar da anistia ter sido assegurada na Constituição de 1988, foi regulamentada somente em 2001, por meio de medida provisória. Os trabalhos da Comissão foram iniciados em agosto daquele ano e, até hoje, julgou apenas 597 processos, seguindo uma média de 50 pedidos para cada reunião quinzenal das câmaras. Um sinal do atraso é o "*Diário Oficial*" da União ter publicado somente no dia 15 deste mês as primeiras autorizações desde que o ministro Paulo de Tarso Ramos Ribeiro, ministro da Justiça, assumiu a pasta, em julho deste ano. E ainda, segundo uma previsão do Ministério da Justiça, cerca de 40 mil pessoas devem entrar com pedido de anistia. Além dos processos protocolados que estão parados, há outros 1.182 pedidos que nem sequer foram examinados preliminarmente. O trabalho de análise dos pedidos de indenização é feito por uma equipe de quatro consultores jurídicos e dez advogados conselheiros, e é dividido em três câmaras temáticas. A primeira é responsável por julgar os pedidos de servidores públicos e de quem não trabalhava para o governo. A segunda, por casos de quem tinha emprego na administração indireta, autarquias ou empresas de economia mista. Cabe à

terceira câmara a análise dos requerimentos feitos por militares prejudicados pelo regime militar. O governo procura agir com cautela no julgamento dos casos porque não há teto para o pagamento de salários retroativos ao período em que a pessoa ficou sem exercer a função por causa do regime militar. (Folha de São Paulo - Brasil - 29/10/02)

Nova missão do Programa Antártico Brasileiro reúne cientistas e militares

Um grupo de 14 cientistas e 13 militares saiu do porto do Rio de Janeiro, a bordo do navio *Ary Rongel*, em direção à Estação Antártica Brasileira, Ilha Rei George, nas proximidades da península Antártica. A viagem é a etapa inicial de uma nova fase do Programa Antártico Brasileiro (Proantar), que nos próximos doze meses contará com a participação de 140 pesquisadores. Para colocar o projeto em prática, foi preciso unir esforços e recursos financeiros de órgãos como o Ministério do Meio Ambiente, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Marinha. Criado há 20 anos, o Proantar correu o risco de ficar parado este ano por falta de verbas. Com a suspensão de alguns fundos de investimento, o Ministério da Ciência e Tecnologia teve de recorrer a convênios e remanejamento de recursos. Os cientistas dividem o Programa Antártico Brasileiro (Proantar) em três fases. A primeira começou em 1975, ano que o país aderiu ao Tratado da Antártica, criado na década de 60 para regulamentar as atividades no continente. No entanto, somente nove anos depois de assinado o documento, a Marinha organizou a primeira expedição tripulada, a bordo do navio *Barão de Teffé*. A segunda fase do programa contou com a substituição do *Barão de Teffé* pelo *Ary Rongel*, mais moderno, permitindo que as pesquisas fossem realizadas durante a viagem. Por fim, a terceira fase que irá aproveitar o potencial do navio ao máximo e contará com pesquisadores de diversas áreas trabalhando em conjunto para decifrar os mistérios da região. E, principalmente, saber qual a influência dela para o meio ambiente brasileiro. (Correio Braziliense - Ciência - 29/10/02)

Coronel do Comando Militar do Leste (CML) elogia operação das Forças Armadas na eleição

O Comando Militar do Leste (CML) divulgou o balanço do patrulhamento realizado pelas Forças Armadas durante as eleições presidenciais do dia 27. Cerca de 3 mil homens monitoraram 27 pontos da cidade, incluindo as áreas de risco, como as favelas do Complexo da Maré, em Bonsucesso, ou as comunidades às margens das linhas Amarela e Vermelha. Na estratégia para o segundo turno houve algumas inovações: as tropas estiveram em constante deslocamento dentro das regiões, o Exército estava presente em São Gonçalo e Niterói e ao todo 13 carros blindados participaram da segurança da Estado do Rio de Janeiro. Segundo o coronel Ivan Cosme, chefe da 5ª seção do CML, a mobilidade das equipes dentro de cada região significou maior presença das tropas e mais tranquilidade. (Jornal do Brasil - Rio - 29/10/02)

Empresa da Varig irá propor a compra de 18 caças holandeses

A Varig Engenharia e Manutenção (VEM), empresa subsidiária da Varig, a maior companhia aérea do Brasil, vai propor à Força Aérea Brasileira (FAB) a compra de 18 caças F-16, pertencentes ao governo holandês, por U\$ 6,5 milhões cada para a substituição temporária dos velhos Mirage a partir de 2005, informa o presidente da VEM, Evandro Braga de Oliveira. Essa proposta

vai disputar com a feita pela israelense IAI (Israel Aircraft Industries), que ofereceu há dois meses ao governo brasileiro o caça Kfir C10 ao preço de US\$ 7,7 milhões cada em um contrato de *leasing* por um período de cinco anos. O executivo ressalta que a proposta da VEM é 15% mais barata e que a FAB não terá que devolver os aviões, pois não se trata de leasing. A VEM já obteve do governo holandês a garantia de fornecimento dos 18 caças F-16, sendo 16 caças de ataque (F-16 A) e 4 de treinamento (F-16 B), ficando ainda a empresa responsável pela revitalização dos aviões militares (troca de motores, revisões e atualização tecnológica de sistemas eletrônicos). Com essas medidas os caças F-16 ganhariam mais 20 anos de vida. A negociação seria feita entre o governo brasileiro e o holandês; no entanto, ainda não há uma data fixada para a apresentação formal da proposta ao Comando da Aeronáutica. A intenção da FAB é "aposentar" até 2005 a frota de Mirage, sediada na base militar de Anápolis (GO) e adotar um modelo temporário até 2007. A partir dessa data, a FAB receberá os 12 supersônicos definitivos previstos no programa FX, como é chamado o programa de substituição dos Mirage. (Jornal do Brasil - Brasil - 30/10/02; Folha de São Paulo - Dinheiro - 30/10/02)

Presidente eleito irá solicitar jatinho à Força Aérea Brasileira

O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva vai solicitar ao governo um jatinho da Força Aérea Brasileira (FAB) para seus próximos deslocamentos, informou sua Assessoria de Imprensa. Lula e o vice-presidente eleito, José Alencar viajaram a Brasília separadamente em dois aviões, um fretado e o outro do vice. Os dois têm à disposição esquema de segurança sob a responsabilidade da Polícia Federal, que destacou agentes para acompanhar Lula desde o primeiro turno. A Casa Civil da Presidência, que coordena a transição para o próximo governo, informou que o presidente eleito tem a prerrogativa de pedir um jatinho à FAB. Isso deverá ser feito por intermédio do Ministério da Defesa, que ainda não tinha recebido nenhuma solicitação nesse sentido. (O Estado de São Paulo - Nacional - 30/10/02)

Presidente Fernando Henrique se reúne com Conselho de Defesa Nacional

O presidente Fernando Henrique Cardoso convocou para as 11h desta quinta-feira (31) uma reunião do Conselho de Defesa Nacional, no Palácio do Planalto, para discutir oficialmente a modernização de aviões de patrulha e compra de aviões de transporte de carga e tropa para a Aeronáutica. Por se tratar da primeira reunião do Conselho após as eleições, o atual presidente convidou para o encontro um representante da equipe de transição do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, porém nenhum representante será enviado. O coordenador da equipe de transição, Antonio Palocci Filho, agradeceu ao convite, mas argumentou que se tratava de assuntos de exclusiva competência do atual governo. Mas, segundo assessores do Partido dos Trabalhadores (PT), a equipe de Lula não quer ter qualquer responsabilidade nas decisões sobre as licitações que envolvem US\$ 570 milhões, mesmo porque o representante da transição não poderia vetar ou aprovar qualquer proposta. O mesmo deverá ocorrer em relação à polêmica licitação de US\$ 700 milhões para a compra dos caças da FAB. Na pauta do encontro estão a substituição dos aviões C-115 Buffalo e a compra de radares para as aeronaves P-3 Orion, que substituíram os antigos aviões Bandeirantes Patrulha. Os US\$ 570 milhões referentes às licitações fazem parte do total de

US\$ 2,8 bilhões destinados ao Programa de Fortalecimento do Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, aprovado por Fernando Henrique em julho de 2000. (Folha de São Paulo - Brasil - 30/10/02; Folha de São Paulo – Brasil – 31/10/02; O Globo – O País – 31/10/02; O Estado de São Paulo – Nacional – 31/10/02; Jornal do Brasil – Brasil – 31/10/02)

Nota: Em virtude do feriado prolongado do Dia de Finados, as notícias referentes a esta sexta-feira (01) serão incluídas na próxima edição.

Sites de Referência:

Correio Braziliense: www.correioweb.com.br

Folha de S.Paulo: www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil: www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo: www.estadao.com.br

O Globo: www.oglobo.com.br

Informe Brasil é uma produção do Grupo de Estudos da Defesa e Segurança (GEDES) do CELA (Centro de Estudos Latino-Americanos) da Universidade Estadual Paulista/Campus de Franca, redigido por Érica Cristina Winand, bolsista CNPq/Pibiq, Adele Godoy, bolsista PAE/Unesp e coordenado por Luciene Capellari. As notícias e seu conteúdo são de responsabilidade dos jornais e não correspondem necessariamente ao pensamento do grupo.